

O LIVRO ILUSTRADO INFANTIL: ESSE POLÊMICO OBJETO

Paula Mastroberti

A idéia de escrever esse artigo me ocorre, é claro e como sempre, a partir das discussões sobre a definição do gênero literário voltado especificamente para o leitor antes definido pelos simples contornos da figura infantil, agora complexificado com a inclusão do perfil adolescente ou juvenil. Além de tentar determiná-lo a partir de uma tipologia destinatária levando em menor consideração a sua forma intrínseca — em geral tanto mais próxima da arte quanto mais se afasta da sua constituição enquanto gênero —, está-se ainda por resolver as questões autorais relativas aos modos de sua produção, ilustrada por regra.

Por volta dos dias que antecedem aos que me ocupei em escrever esse ensaio, saiu, na coluna Gente Boa do Jornal O Globo, a seguinte nota:

[...] os ilustradores, principalmente os de livros infantis, querem rachar o direito autoral com os escritores.

Não aceitam mais um xis pelo trabalho. Pedem um percentual nas vendas, de olho na força do setor e nos grandes lotes comprados pelo governo. (SANTOS, Joaquim Ferreira dos. O Globo, 17 de junho de 2009.)

A nota causou movimentação intensa na correspondência eletrônica interna da Associação de Escritores e de Ilustradores de Literatura Infantil e Juvenil (AEILIJ), da qual faço parte em ambas as categorias, suscitando protestos indignados. Como a Sociedade de Ilustradores do Brasil (SIB), a AEILIJ, manifestou-se oficialmente e através de seus membros, via *blogs*, jornais *online* e impressos. Os comentários gotejados nesses espaços se mostraram majoritariamente defensores do ilustrador como autor, cujos direitos deveriam ser os mesmos do escritor, sem onerá-lo ou dividir com ele o percentual sobre o preço de capa (que varia de 8 a 10 por cento conforme cada editora), mas requisitando o mesmo valor *ao lado* do escritor, ao contrário do que sugere a nota jornalística.

Mas o que tem esse alho a ver com os demais bugalhos? Já explico.

Temo que toda essa confusão se centre justamente nas dificuldades de classificação do livro infantil ilustrado¹: nas instituições acadêmicas voltadas para os estudos literários (incluindo os envolvidos exclusivamente com a Literatura Infanto-Juvenil), as pesquisas se centralizam no discurso verbal, marginalizando a análise das artes às quais ele se apresenta inexoravelmente aliado; os estudos realizados na área de Artes Plásticas, por outro lado, raramente envolvem as artes gráficas ou ilustrativas, consideradas de interesse menor; quando o fazem, se apresentam de modo semelhante aos da área de Letras, ou seja, colocando em foco a linguagem que lhes cabe, desabilitando nesse caso a poética verbal. A área de Comunicação, ao se voltar pra as produções gráficas e culturais dirigidas ao público jovem, mostra-se mais atenciosa ao tipo de análise duplo-discursiva que o livro infanto-juvenil requer, sobretudo quando parte da Semiótica; mas está mais preocupada com seus aspectos comunicativos, ou seja, do livro como objeto de consumo cultural. Na Educação, os estudos privilegiam um ou outro aspecto do livro infantil, porém procurando integrar à análise uma proposta metodológica de ensino de literatura ou de artes.

Após esse panorama um tanto evasivo, reconheço, quero propor uma reavaliação, tanto dos modos de aproximação desse objeto, quanto de sua posição **transversa**. Digo transversa, porque o livro ilustrado e direcionado às crianças nasce assim, nas entre-prateleiras da estante

cultural, perturbando noções seguras e tradicionais sobre arte e literatura: ele não seduz somente os leitores iniciantes, mas muitas vezes é aos olhos dos pais e educadores que apela em sua função estética; ele não é obra literária *strictu sensu*, porque seu conteúdo narrativo ou poético verbal é interativo aos sentidos e significados gráficos e sensuais presentes não só nas imagens reproduzidas, mas na matericidade do próprio suporte, aos quais muitas vezes é subserviente; por outro lado, não é um objeto artístico exclusivamente plástico ou gráfico, porque contém um texto com pretensões literárias. O livro ilustrado é, portanto, um objeto híbrido: como tal ele se oferece e como tal deveria ser tratado, para além das teorias da literatura e da arte tradicionais. Para falar dele em termos qualitativos, os estudos deveriam compreender uma análise que incluísse todas as instâncias discursivas nele apresentadas, bem como o efeito híbrido resultante; é claro que isso requer fôlego por parte de seus analistas no sentido de transpor as fronteiras disciplinares onde atuam e trabalharem em âmbito inter-área, entrelaçando as respectivas grades teóricas.

O comportamento do livro infantil ilustrado se assemelha ao do cinema, ou do teatro, ou ainda ao dos quadrinhos: como estes, ele é resultado de um trabalho de equipe, onde o escritor é apenas um dos componentes, quase atuando como um roteirista sobre cujo trabalho se dinamiza e se apóia a seqüência de imagens propostas pelo ilustrador, responsável pelos aspectos visíveis e plásticos de encenação, sob a regência (ou direção) do projetista gráfico. Este, além de organizar a montagem (estabelecendo uma relação sintática entre os discursos), também se encarrega de sua edição (diagramando, redimensionando ou recortando texto e imagens, entre outros). Às vezes, o ilustrador assume também essa função; às vezes, sua função é tripla, porque ele também escreve. Mais raramente veremos um escritor que elabore o projeto gráfico de uma obra sua a ser publicada. Nos quadrinhos, o trabalho em equipe é aceito e creditado sem discussão, porque é um produto que se assume como resultado de um esforço coletivo originário da indústria cultural; parece-me que, no que concerne o livro ilustrado infantil, as editoras e o sistema literário, na ânsia de inseri-lo na alta cultura, preferem obliterar sua *poli-autoralidade*, sua *poli-discursividade*; a primeira complicaria sua inserção no sistema que pretende conferir-lhe o status de obra autoral, a segunda, como já vimos, complica bastante não apenas a sua classificação em termos de gênero, como também em termos de espécie; a primeira implica reconhecer os direitos em separado de cada voz que fala (visual, gráfica e verbal); a segunda, em ampliar a noção de texto como algo para além da palavra escrita, o que por sua vez implicaria numa reavaliação do próprio sistema literário e da definição de literatura como campo onde se explora artisticamente e com exclusividade a linguagem escrita — privilegiando, assim, o autor-escritor.

Cabe aqui esclarecer que mesmo esse objeto híbrido tem lá suas gradações, o que dificulta sua classificação: há obras infantis onde a imagem é tudo, o verbo é quase nada — uma frase aqui, outra ali, pontuando as ilustrações que conduzem a história ou a poesia ao longo das páginas; há outras em que texto e imagem se apresentam tão imbricados que fica difícil determinar até mesmo suas fronteiras semióticas (como é o caso da história em quadrinhos, a qual o livro infantil muitas vezes se aparenta, se não no formato, na integração entre discursos). Não cabe aqui falar dos livros de imagens, um caso explícito de invasão das linguagens visuais num suporte normalmente destinado a transportar escrituras. Pode-se ainda estabelecer um outro eixo analítico, se quisermos levar agora em consideração o seu destinatário: um texto com evidentes intenções infantis pode ser rejeitado em virtude de ilustrações demasiado complexas; o contrário também é válido, quando observamos o lançamento de publicações de textos classificados como literatura adulta imbricados à uma roupagem gráfico-visual de características infantis (seria interessante, mas não terei espaço aqui para definir o que constituiria essa adequação das artes visuais à percepção infante, se ela existe ou se ela é possível).

Em caso de um trabalho de equipe bem equilibrado, quando, ao interagirmos com esse objeto, nossa capacidade interpretativa não consegue prescindir nem das informações conjuradas pela inter-relação entre os discursos, nem do efeito estésico único resultante, fica claro que o livro infantil ilustrado transgride o conceito tradicional de literatura. **Também se justifica, para mim, a equalização dos direitos autorais para escritores e ilustradores, estendido à**

valorização do projetista gráfico ou designer de livros, ao qual se deve, muitas vezes, o mérito por um discurso híbrido bem sucedido.

Por fim, para amarrar possíveis frases soltas: o livro ilustrado infantil, tal como aqui configurado, não é apenas um produto literário, mas um produto artístico cultural com qualidades específicas, tanto do ponto de vista comunicativo quanto estético; para ser analisado em toda sua riqueza e complexidade, deve-se conjurar uma rede de teorias que envolvam as áreas da literatura, da semiótica, das artes plásticas e gráficas; em sua inserção em contexto sociocultural, ele deve garantir não só uma qualidade própria advinda de sua hibridização, mas a igualdade no tratamento de suas vozes autorais por parte do sistema cultural, seus representantes, instituições e produtores editoriais.

ⁱ Tratarei por **livro infantil ilustrado** todo o produto editorial que, ao assumir o formato-livro, o faça dirigindo-se explicitamente à criança ou jovem, da primeira à segunda infância, incluindo a pubescência, sem utilizar de outros artifícios que não sejam ilustrações (coloridas ou em preto e branco), impressas junto a um texto literário (poesia ou prosa). Embora o livro juvenil propriamente dito também possa se apresentar ilustrado, isso não o caracteriza necessariamente. Há uma enormidade de livros juvenis, ou lidos pelo público juvenil (da pubescência à puberdade) cujo aspecto gráfico se assemelha ao dirigido ao público adulto. Excluo também aqueles livros ilustrados que suportam textos literários cujo conteúdo poético-significativo seja auto-suficiente, ou seja, que possa ser apreciado sem o recurso de ilustrações; produtos culturais que, apesar de se assemelharem a livros ilustrados infantis, não apresentam conteúdo literário poético ou narrativo, mas comportam-se mais como brinquedos e, por fim, os livros de imagem.